

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 356 - Brasília, quinta-feira, 21 de novembro de 1996

*Com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e de especialistas, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (foto) promoveu ontem um debate sobre as leis que regulam a exploração de serviços públicos. O debate prossegue hoje sob a presidência do senador José Agripino. Página 5*



## Aprovada norma para comissão do Mercosul

Reunido ontem à noite, o Congresso aprovou projeto de resolução dispondo sobre a representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O Brasil se fará representar por 16 titulares e 16 suplentes, tendo a Câmara e o Senado participação paritária nessa representação. A matéria aguardava inclusão na Ordem do Dia desde o mês passado e foi o único projeto aprovado na sessão de ontem.

A deputada Sandra Starling apresentou um destaque para votação em separado do artigo 2º do projeto. Disses que ele originava-se do Protocolo de Ouro Preto e que, em sua opinião, subordinava detentores de mandatos populares no Brasil a obrigações perante um organismo externo. Em votação simbólica, o plenário acatou o entendimento da deputada e rejeitou o artigo 2º do projeto que, agora, vai à promulgação.

## Simon aplaude FHC por rediscutir venda da Vale

*Dutra destaca denúncia contra empresa de consultoria envolvida com a avaliação e Júnia pede exame de projeto sobre o edital*

### CPI do trabalho infantil ouvirá ministro do STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Melo deverá ser convidado a fazer uma exposição na CPI do Congresso que apura as denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Na reunião realizada ontem, a comissão decidiu ainda que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, também será ouvido.

A sugestão de ouvir Marco Aurélio partiu da vice-presidente da CPI, deputada Zulaiê Cobra, com o argumento de que o ministro do STF precisa explicar as razões que o levaram a absolver um acusado



Marluce Pinto

pelo crime de estupro contra uma menor.

Presidente da CPI, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) explicou, quanto ao convite a Paulo Paiva, que, além do problema relacionado ao trabalho infantil na área rural, o ministro do Trabalho já teria manifestado interesse em falar sobre exploração sexual de menores nas capitais e grandes cidades brasileiras.

Representantes do Ministério da Justiça, do Unicef, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o juiz de menores, Ciro Darlan, do Rio de Janeiro, também deverão ser ouvidos pela CPI.

"Hoje é um grande dia para o Congresso", afirmou o senador Pedro Simon ao comentar em plenário a anunciada disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de ouvir o que o Senado tem a dizer sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Para Simon, a disposição de FHC é um "ato de grandeza". A privatização da Vale foi também comentada, em pronunciamentos separados, pelo senador José Eduardo Dutra e pela senadora Júnia Marise. Dutra destacou as denúncias de que uma consultoria contratada pelo BNDES para avaliação da Vale está assessorando uma empresa estrangeira interessada na compra. Júnia Marise, por sua vez, defendeu seu projeto determinando que todos os elementos do edital de licitação da venda da Vale sejam submetidos ao Senado. Pág. 3

# Comissão de Assuntos Econômicos aprova indicação de diretor para Banco Central

Plenário ainda analisará nome de Paolo Zaghen, que tem como uma de suas atribuições a articulação com o Senado

Por 14 votos a 3, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o nome do economista Paolo Enrico Maria Zaghen para o cargo de diretor do Banco



Gilberto Miranda (ao centro) presidiu reunião da CAE

Central. A indicação de Paolo Zaghen precisa ainda de aprovação do plenário do Senado.

Conforme ofício lido pelo presidente da CAE, caberá ao novo diretor analisar e propor soluções para as freqüentes crises dos bancos estaduais, além de articular-se com o Senado, elaborando pareceres sobre operações de crédito solicitadas pelos estados, municípios e Distrito Federal.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) estranhou que o docu-

mento relacionando as atribuições do novo diretor não especificasse a diretoria que ele deverá assumir e não estivesse assinada pelo presidente da República.

Pedro Simon (PMDB-RS) disse ter "as melhores referências" sobre Paolo Zaghen, mas lamentou o "exagero de paulistas" no governo. José Serra (PSDB-SP) respondeu que o fato de se ter nascido em um ou outro estado é irrelevante e ressaltou que a prerrogativa de esta-

belecer limites para o endividamento dos estados e municípios não vinha sendo exercida da melhor maneira, por faltarem informações aos senadores.

Já Francelino Pereira (PFL-MG) questionou o emprego de bilhões de reais para salvar bancos e quis saber se estes recursos são obtidos exclusivamente dos depósitos compulsórios. Paolo Zaghen ressaltou que ainda não tinha condições de fazer uma afirmação categórica.

Também participaram dos debates Elcio Alvares (PFL-ES), Beni Veras (PSDB-CE), Gerson Camata (PMDB-ES), Osmar Dias (PR), Jefferson Peres (PSDB-AM), Lauro Campos (PT-DF), Wilson Kleinübing (PFL-SC) e Ademir Andrade (PSB-PA).

## Veículo oficial poderá ser conduzido por servidor autorizado

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara, de iniciativa do presidente da República, permitindo a condução de veículos oficiais de transporte individual de passageiros por funcionários autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertencem.

O objetivo do projeto, que vai à sanção presidencial, é contornar dificuldades operacionais resultantes da insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista oficial.

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), em parecer elaborado no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considerou a proposta como de alto valor desburocratizante e um caso típico "em que as circunstâncias andaram na frente, forçando o legislador a acompanhá-las para regulamentar o que já é praticado".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PLC nº 102/95**, que institui a Residência Odontológica; \***PLC nº 20/93** (tramitando em conjunto com o **PLS nº 109/95**), que dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais; \***PLS nº 195/95**, que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; \***PLS nº 196/95**, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; \***PLC nº 107/94**, que dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos; \***PLC nº 44/96**, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; \***PLS nº 304/95**, que dispõe sobre o regime de bolsa de estudo em estabelecimento público de ensino superior; e \***PLS nº 97/96**, que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

**Pauta:** Continuação do Seminário Internacional sobre a Regulação dos Serviços Públicos no Brasil do Setor Elétrico e de Telecomunicações. *Auditoria Petrônio Portella*

#### 10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***Requerimento nº 1.133/96** (não terminativo), que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara ao **PLS nº 110/88**, a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o **PLS nº 197/95**, com ele conexo; e \***PLS nº 94/96** (terminativo), que regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Nilo Coelho*

#### 10h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

**Pauta:** Reunião de trabalho. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*

#### 10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \***PDL nº 74/96**, que aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em Brasília, em 15.02.96; e \***PDL nº 80/96**, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso, assinado em São José, Costa Rica, em 30.11.89. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

**11h - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios**

**Pauta:** Instalação da comissão. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

## Dutra destaca denúncia contra consultoria

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) registrou ontem, em plenário, pedido encaminhado ao Tribunal de Contas da União



Dutra

(TCU) pelo Sindimina do Rio de Janeiro, para que sejam sus-tados todos os atos praticados pelo consórcio liderado pela Projeta Consultoria, que em janeiro de 1996 venceu processo licitatório do BNDES para avaliação da Vale do Rio Doce.

Segundo o senador, com os serviços contratados em fase de conclusão, a mesma empresa, cujo principal responsável é Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, também foi contratada pelo grupo Hyundai para assessorá-lo na disputa pela privatização da Vale, conforme noticiou o jornalista Carlos Boechat em *O Globo*, no dia 16.

- Como pode um contratado do BNDES para realizar a avaliação da CVRD, num contrato ainda em curso, prestar consultoria a um grupo econômico interessado na aquisição dessa mesma empresa? - questionou.

Este é mais um fato que, na opinião de Dutra, deveria levar os senadores a chamarem a si a responsabilidade pela decisão de privatizar ou não a Vale. No entanto, lamentou, pelo menos quatro projetos que resgatam as prerrogativas do Senado sobre a matéria não têm sua tramitação concluída.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) comentou que a venda da CVRD não dá para pagar nem 1/3 dos juros da dívida pública interna e externa que, só no ano de 1996, atingiram R\$ 33 bilhões.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por sua vez, lembrou que "pafeses que rezam pelo credo liberal não só mantêm suas empresas estatais estratégicas como ampliam o raio de sua ação".

# Simon vê grandeza em FHC ao aceitar rediscutir a Vale

*Disposição do Presidente de ouvir o que o Senado tem a dizer sobre privatização da companhia é saudada como vitória do Legislativo*

"O presidente Fernando Henrique Cardoso teve a grandeza de recuar e aceitar discutir a privatização da Vale com o Congresso. Hoje é um grande dia para o Congresso." Foi assim que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) viu a decisão do presidente da República, anunciada nos jornais de ontem, de ouvir o que o Senado tem a dizer sobre a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. "Só não muda de opinião quem não tem opinião. Quem aceita argumentos de boa fé sabe que pode mudar", afirmou Simon, em discurso.

- Cumprimentos ao presidente José Sarney por ter convencido o Fernando Henrique de que, no caso da privatização da Vale, o melhor será ouvir a sociedade e o Congresso. Cumprimentos a Itamar Franco, Paes de Andrade, José Dirceu e aos presidentes da ABI, OAB e CNBB, por terem participado da manifestação sobre a privatização da Vale -



Pedro Simon

disse Simon.

Conforme o senador gaúcho, "a Vale não é uma empresa qualquer" e sua possível privatização envolve aspectos até mesmo de segurança nacional. "É uma situação curiosa. O preço da Vale, conforme notícias dos jornais, veio caindo e chegou a apenas US\$ 7 bilhões. Ora, esse é o mesmo valor que o governo usou para salvar o Banco Nacional. Será que a imensa e lucrativa Vale do Rio Doce custa apenas o salvamento de um banco?", questionou.

- Se há hoje no Brasil uma empresa capaz de enfrentar a globalização da economia, esta é a Vale. Ela tem um patrimônio tão extenso, envolvendo o subsolo brasileiro, que os técnicos do BNDES tiveram de reavaliar duas vezes sua situação em menos de um ano, porque ela descobriu duas minas de ouro que somam mais de 400 mil quilos - friso.

## Júnia defende seu projeto sobre alienação da estatal

A líder do PDT no Senado, Júnia Marise (MG), defendeu ontem projeto de resolução de sua autoria determinando que todos os elementos do edital de licitação da Companhia Vale do Rio Doce sejam submetidos ao exame do Senado. Segundo a proposição, se, no prazo de 30 dias, a Casa não se manifestar sobre os termos dessa privatização, o edital de alienação será dado como ratificado. Se o Senado fizer alguma ressalva, o Conselho Nacional de Privatização terá que adotar as alterações propostas pela instituição. Júnia acha que nenhum senador se oporá à aprovação do projeto, que se encontra na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania.

- Sempre defendemos o projeto de José Eduardo Dutra e agora apresentamos projeto de resolução que submete ao Senado esse edital de alienação. Hoje, quando a sociedade se levanta contra a venda da Vale do Rio Doce, será que o governo ainda insistiria em manter o calendário de privatização dessa companhia e se oporia a que o Senado o avaliasse? - argumentou.

Na opinião de Júnia Marise, caso o governo insista nessa desestabilização sem ouvir o Legislativo, isso levaria o Senado e a



Júnia Marise

sociedade a indagarem "se não existem interesses escusos na privatização dessa companhia, para entregá-la a este ou aquele grupo nacional ou estrangeiro que, amanhã, assumiria o controle acionário dessa empresa".

Ela salientou ter sempre defendido que todo processo de privatização seja submetido à deliberação do Senado, em obediência ao preceito constitucional que manda a Casa fiscalizar os atos do Executivo e, particularmente, os das entidades da administração direta e indireta.

Pedro Simon disse ter ouvido do ex-ministro de Minas e Energia Aureliano Chaves que o ministério pouco sabia do subsolo brasileiro e que as informações "estavam todas na Vale".

- Mesmo sabendo disso, vai-se privatizá-la? - indagou o senador.

Em aparte, o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), disse que até hoje não se convenceu da utilidade da privatização da CVRD. "Se é para captar dinheiro no exterior, a Vale o faz muito bem. Será que se quer transformá-la num símbolo de que o Brasil abriu sua economia? Será que se quer um efeito demonstração?", perguntou ele. Jader informou que a bancada do PMDB se reunirá na próxima terça-feira, dia 26, para decidir qual será sua postura em relação à Vale. A senadora Marina Silva (PT-AC) disse considerar desnecessária a privatização da CVRD "como sinalização de que o País está aberto ao capital estrangeiro".

# Freire aplaude mudanças no ITR

*Isenção às pequenas propriedades e elevação do tributo para as grandes anima senador, para quem o governo mostra nova postura em relação à reforma agrária*

O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou, em discurso, como importante a medida provisória baixada anteriormente pelo presidente da República que estabelece em 20% o ITR para as propriedades rurais com tamanho superior a 5.000 hectares. "A MP serve neste momento para o governo sinalizar claramente uma mudança de postura em relação à reforma agrária", observou.

O único ponto que merece reparos na decisão do presidente da República, conforme



**Roberto Freire**

Roberto Freire, é o fato de ele ter-se utilizado de uma medida provisória. O senador destacou que a arrecadação prevista no novo ITR se destinará

à reforma agrária e isso é fundamental para o sucesso do programa.

- Podemos dizer que o produtor rural que trabalha se beneficia, enquanto o dono da terra improdutivo será punido. É da maior relevância um ponto da MP: estão imunes de tributação as propriedades de até 25 hectares localizadas em qualquer município do País, exceto na Amazônia Ocidental, Pantanal, sul de Mato Grosso e Polígono das Secas - disse.

Roberto Freire criticou ma-

nifestações de parlamentares da chamada "bancada ruralista", que não concordam com ITR tão elevado para as grandes propriedades. "Em nome de quem esses parlamentares estão falando? Em nome de uns poucos que detêm milhões de hectares? Certamente não falam em nome da média dos proprietários. Aliás, no Rio Grande do Sul o tamanho médio das propriedades é de 24 hectares e, portanto, pode-se dizer que lá na média todos os produtores ficarão imunes ao novo ITR", afirmou.

## Palmeira homenageia o pintor Zumba

Com a morte do pintor Zumba, "que soube como ninguém retratar a injustiça e a discriminação, marca de nosso subdesenvolvimento, não só o estado de Alagoas, mas todo o Brasil ficou mais pobre", disse o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), ao homenagear a memória daquele que considera o maior artista popular alagoano.

Segundo o senador, Zumba, que faleceu no último dia 30, aos 76 anos, "tinha uma quase obsessão temática: o negro. Por uma razão simples. Ele lutava contra o preconceito racial. Sabia que todos os homens são iguais. Considerava o preconceito burro. Mas ele próprio, negro, sentiu na pele e na carne a força destruidora desse sentimento injusto, que julga o ser humano pela aparência", destacou.

Guilherme Palmeira acrescentou que a obra daquele pintor espalha-se pelo mundo, em museus da França, Itália, Rússia e Argentina, além de estar presente também em coleções particulares.

## Ignácio lamenta falta de registro para 50 milhões

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse estar pessimista quanto à possibilidade de o Brasil sair-se vitorioso na "ferrenha competição da economia globalizada", quando tem na retaguarda "essa massa de brasileiros que mal existem". Ele se referia ao fato de o IBGE ter comprovado que 50 milhões de brasileiros não possuem registro de nascimento e, por isso mesmo, estão impedidos de exercer sua cidadania.

Para ele, é inadmissível que ainda hoje milhões de pessoas estejam "alijadas do mercado formal de trabalho, sujeitos a toda sorte de exploração e desrespeito aos seus direitos, sem proteção da Justiça", porque não possuem registro de nascimento. Para ele, tal fato demonstra a grande distância que permeia entre os partidos políticos e as demandas populares.



**José Ignácio**

Conforme José Ignácio, a pobreza do povo, "que não tem como pagar os altos preços cobrados pelos cartórios pelo serviço de registro", é a causa maior para que 30% dos brasileiros se encontrem na situação de clandestinos. Mesmo assim, segundo disse, o Congresso ainda não se pronunciou sobre o projeto de lei que regulamenta o artigo constitucional que garante a gratuidade dos registros de nascimentos aos reconhecidos pobres.

- Enquanto isso, encerra-se o segundo turno das eleições, os partidos estão fazendo balanço de perdas e ganhos. Contabilizam o café político conquistado e se preparam para as próximas lutas eleitorais - afirmou o senador, advertindo que as agremiações partidárias saem das eleições "passando ao largo das tragédias sociais que se desenrolam ali, nos municípios".

## Biblioteca abre seu espaço para eventos culturais

A Biblioteca do Senado sediou ontem, por iniciativa do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o lançamento da 3ª edição revista e ampliada de *Canudos e Outros Temas*, publicado em comemoração dos 90 anos da edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. O jornalista Cyl Gallindo, responsável pelo estabelecimento do texto definitivo, lançou também seu livro de poesias *Os Movimentos*.

Com os lançamentos de ontem, a Biblioteca do Senado reabriu seu espaço para a realização de eventos culturais. Entre 4 e 12 de dezembro, por solicitação de Emília Fernandes (PTB-RS), haverá uma exposição de artesanato promovida pelo Instituto Brasil-Coreia.

*Canudos e Outros Temas* contém as reportagens que deram origem a *Os Sertões*, 15 trabalhos e duas cartas, endereçadas a Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Nas edições anteriores, as cartas eram fotografadas dos originais e praticamente ilegíveis. Consta também dessa 3ª edição o artigo "Entre os seringaais", que não fora localizado pelo primeiro organizador do texto, Dermal de Camargo Monfré.

## Nabor acusa Globo de não corrigir erro

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) informou ontem ao plenário que o *Jornal Nacional* lamentavelmente não corrigiu comentários "descabidos, injustos e irresponsáveis" feitos contra o Senado e contra o próprio senador, no último dia 8, pelo ex-cineasta Arnaldo Jabor. A emissora não fez a retificação, apesar de ter recebido fax com explicações detalhadas preparado pela assessoria do senador.

O ex-cineasta, conforme o senador, afirmou falsamente em seu comentário durante o *Jornal Nacional*, ao se referir à discussão de um projeto sobre re-



Nabor Júnior

f o r m a agrária, em plenário, que "o Senado é o verdadeiro latifúndio improdutivo" e ainda acusou erroneamente Nabor Júnior de prejudicar o processo de reforma agrária.

Nabor Júnior leu o fax enviado à emissora de TV, onde explica que, ao contrário do que disse o ex-cineasta, seu parecer favorecia a reforma agrária, pois o projeto objetiva impedir manobras protelatórias dos donos de fazendas durante as desapropriações, para fins de reforma agrária, não serão suspensas mesmo que o proprietário recorra ao Judiciário". Ou seja, ao contrário do que disse Arnaldo Jabor, o parecer favorecia a reforma agrária, pois o projeto objetiva impedir manobras protelatórias dos donos de fazendas durante as desapropriações. No entanto, foram apresentadas outras emendas em plenário e o projeto teve de voltar regimentalmente à Comissão de Assuntos Econômicos. Para o senador, o Congresso Nacional está empenhando seus melhores esforços para colaborar com a reforma agrária.



Brito (segundo à esquerda) esteve presente no seminário presidido por José Agripino (ao centro)

## Senado discute leis que vão regular serviços públicos após privatização

*Idéia é criar mecanismos que assegurem aos usuários meios de se protegerem contra eventuais abusos na ação das empresas privadas*

A definição dos princípios básicos que irão nortear a atividade de empresas privadas concessionárias de serviços que atualmente são atribuições do Estado, especificamente nos setores elétrico e de telecomunicações, foi tema de discussão ontem em seminário promovido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN).

O debate, que prossegue hoje, visa a esclarecer os objetivos do projeto de lei instituindo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), a qual deverá servir de modelo para todos os outros setores, segundo explicou José Agripino. Participaram da discussão, pela manhã,

o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e técnicos estrangeiros, que falaram sobre a experiência dos Estados Unidos, França e Argentina com leis reguladoras dessas atividades.

Para José Agripino, a aplicação de normas reguladoras específicas no Brasil visa a estabelecer uma possível "selvageria capitalista" por parte de empresas privadas multinacionais que passarão a administrar serviços públicos após a privatização de companhias de eletricidade e de telecomunicações.

- Temos que questionar até que ponto o aspecto social poderá ser deixado de lado com as privatizações - ponderou o senador, lembrando que empre-

sas como a Telesp e Eletropaulo podem ser privatizadas com até 100% do seu capital devido à estrutura que possuem, ao contrário de empresas nordestinas que têm compromissos com interesses coletivos regionais e são incentivadoras de progresso nesse campo.

Por sua vez, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu modelos reguladores que hoje são adotados nos Estados Unidos, destacando a sua modernidade e frequente adaptação às exigências dos usuários. A liberalização do modelo americano permite, segundo o senador, que os grandes fornecedores invistam constantemente no aperfeiçoamento dos serviços.

## Técnicos mostram como é o novo modelo

Durante a tarde, foram apresentados no seminário sobre serviços públicos os painéis "A regulação dos serviços de eletricidade no Brasil - a Lei da Aneel" e "Diretrizes para o novo modelo do setor elétrico brasileiro". Participaram do primeiro painel o deputado José Carlos Aleluia, o economista da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, Sérgio Assad, o engenheiro da Eletrobrás Ruderico Ferraz Pimentel e Marco Antônio Kappel Ribeiro, da Federação Nacional

dos Engenheiros. O segundo painel esteve a cargo do engenheiro Peter Greiner, da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia, do professor Adilson de Oliveira, da UFRJ, e de Augusto Celso Drumond, da Cemig.

O presidente da Fundação Nacional de Engenheiros (FNE), Jorge Luiz Gomes, disse que o processo de reestruturação do setor elétrico e de telecomunicações precisa sofrer uma ampliação na sua abordagem, envolvendo os diversos segmentos interessados.

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador José Agripino, também em entrevista, enfatizou que, em boa hora, o Legislativo reúne-se com a FNE para fazer proposições.

O seminário encerra-se hoje, com o debate do tema "A privatização e a regulação do setor de telecomunicações no Brasil", por representantes do Ministério das Comunicações e da indústria de telecomunicações, e ainda o com prof. Márcio Wohlers de Almeida, da Unicamp.

# Comissão vai a Roraima apurar morte de crianças

*Audiências deverão contar com presença de governador, secretário de Saúde, diretora do hospital, Ministério Público e parlamentares*

A Comissão Especial Temporária que apura os "atos e circunstâncias" que teriam provocado a morte de crianças no Hospital Nossa Senhora de Nazaré, de Boa Vista, deverá realizar audiências públicas em Roraima na próxima semana. Conforme foi decidido na reunião de ontem, as audiências deverão ocorrer nos dias 29 e 30.

Presidente da comissão, instituída por requerimento de sua iniciativa, o senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que "a idéia é ouvir o secretário de Saúde, saber o posicionamento do governo do estado, ou seja, ouvir o próprio governador e a diretora do hospital".

Segundo Jucá, também deverão ser ouvidos os membros do Ministério Público e os de-



Romero Jucá

putados estaduais integrantes de uma CPI da Assembléia Legislativa de Roraima, que já estariam investigando a morte dos bebês. Deverá ser ouvido ainda o deputado federal Salomão Cruz, relator da comissão de sindicância da Câmara, que, conforme o sena-

dor, "dispõe de informações importantes sobre a questão".

Relatora da comissão, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) se disse convicta de que as audiências públicas em Roraima deverão fornecer informações e subsídios "altamente positivos" para a elaboração do seu relatório. Marluce também é favorável à sugestão de Romero Jucá, no sentido de que a comissão busque "informações complementares" junto ao governador Neudo Campos e à Secretaria de Saúde.

A comissão especial é integrada ainda pelas senadoras Marina Silva (PT-AC) e Sandra Guidi (PPB-SC), e pelos senadores José Bianco (PFL-RO), Carlos Wilson (PSDB-PE) e João França (PMDB-RR).

## Ademir luta por energia em municípios

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) comunicou ao plenário que ele e oito deputados do Pará foram



Ademir

ao presidente da Eletronorte pedir liberação de verbas para as obras do chamado "Linha do Baixo Amazonas", que levará energia da hidrelétrica de Tucuruí aos municípios de Itaituba, Altamira e Santarém.

Os parlamentares reivindicaram ainda recursos para o "Linha do Baixo Tocantins", que beneficiará Cametá, Limcoiro do Ajuru, Ociras do Pará, Mocajuba, Baião e Tailândia.

- Não tem cabimento que a energia de Tucuruí atenda de forma subsidiada grandes indústrias de alumínio e não chegue à população do interior do Pará - afirmou Ademir.

## Encontro de especialistas discute uso de informática no Legislativo

O 1º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, que será realizado pelo Senado nos próximos dias 25 e 26, tratará de quatro grandes temas: em palestras e debates: a Democratização do Acesso às Informações, os Sistemas de Apoio ao Processo Legislativo, os Acervos de Informações e a Tecnologia. O encontro tem o apoio da União Nacional dos Legislativos Estaduais e acontecerá no Auditório Petrólio Portella e nas salas das comissões, na Ala Senador Nilo Coelho.

Além das palestras, haverá dois painéis: um sobre "A Experiência Político-Parlamentar no Uso da Informática" - em que se-

rão apresentados os aspectos relativos à utilização da informática como fator de desenvolvimento dos trabalhos legislativos e a experiência de cada parlamentar em sua esfera de abrangência - e o outro sobre "A Função Informática no Legislativo" - que tratará dos aspectos relativos à estrutura funcional, às relações comerciais com fornecedores e ao atendimento ao parlamentar, entre outros.

A idéia do evento surgiu durante reunião de representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Fede-

ral (Prodasen) e da Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa reunião, consolidou-se o entendimento de que o acúmulo de conhecimentos existentes no Senado, na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais, decorrente da crescente utilização da informática aplicada às atividades legislativas, apontava para o interesse e a oportunidade de troca de experiências e ações cooperadas nessas instâncias.

Serão aceitas inscrições até a data de início do evento. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones (061) 311-4142 e 311-3671.

## Marina relata audiência com Nery da Silveira

A senadora Marina Silva (PT-AC) relatou ontem, em plenário, audiência com o ministro José Nery da



Marina Silva

Silveira, do Supremo Tribunal Federal, relator do processo sobre o litígio territorial entre Rondônia e Acre, que disputam as vilas Califórnia e Extrema. Da audiência participaram também o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e deputados federais e estaduais acreanos.

Segundo Marina, o objetivo é evitar que se cometam injustiças com essas vilas e com o Acre, que, conforme disse, fez inúmeros investimentos na região, especialmente nas áreas da saúde e da educação.

# Senado presta homenagem à imprensa

*Os 50 anos de instituição do Comitê da Casa são celebrados pelos parlamentares. Osmar Dias destaca papel do jornalismo no processo de redemocratização do País*

O plenário do Senado homenageou ontem os 50 anos de instituição do Comitê de Imprensa da Casa, atendendo requerimento do senador Osmar Dias (PR). Na oportunidade, o senador afirmou que, quando o Congresso é cassado, usualmente a imprensa é censurada e manietada.

- Imprensa e Parlamento continuam a ser irmãos gêmeos, filhos da liberdade e da democracia. A imprensa e o Poder Legislativo caminham passo a passo e a censura de um é a tragédia do outro - observou Osmar.

O senador também destacou o papel da imprensa no processo de redemocratização do País e na conseqüente transição política. Ele defendeu a aprovação na Câmara, e posteriormente no Senado, da nova Lei de Imprensa que vai estabelecer garantias e responsabilidades. Segundo Osmar, a lei atual, promulgada em 1967, é tão atrasada quanto o regime na qual foi



Osmar enaltece papel da imprensa

criada.

Osmar Dias criticou a proposta de multas pesadas contra os jornalistas, inserida na proposta da nova Lei de Imprensa. Ele disse que o jornalismo investigativo não pode ser limitado por multas pesadas, que intimidariam o trabalho do jornalista. Isso deixaria a sociedade sem as informações de que precisa.

Em aparte, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse que seria injusto não reconhecer que a ampla liberdade de imprensa hoje tem sido "vetor" importante no aperfeiçoamento democrático de nossas instituições. O sena-

dor Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que "a imprensa transformou o seu serviço em protagonista da História e que são os olhos da democracia".

- Um homem público só merece o respeito da imprensa quando é considerado honesto e de mãos limpas porque os que buscam compensações, além da falta de consideração pelos meios de comunicação, têm os nomes silenciados pela imprensa - afirmou o senador.

Francelino Pereira disse ainda que o apoio da imprensa mineira foi fundamental para sua vida pública e fez questão de estender sua homenagem ao jornalista Carlos Castelo Branco.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a imprensa tem dado inestimável contribuição à causa da democracia e do interesse público, seja mediante a denúncia fundamentada das ir-

regularidades que aponta, seja sob a forma de resistência aos excessos dos governantes, quando estes tentam qualquer restrição das liberdades ou desobediências às leis e às prescrições constitucionais.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ), depois de cumprimentar a atual diretoria do Comitê de Imprensa e os jornalistas credenciados, disse que o primeiro-secretário da Mesa, senador Odacir Soares, e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando César Mesquita, vêm desenvolvendo um árduo trabalho no sentido de emprestar ao Comitê maior agilidade, transparência e competência, visando à informação célere e responsável dos múltiplos acontecimentos mercedores de destaque pela imprensa.

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) também associou-se às homenagens aos 50 anos do Comitê de Imprensa do Senado.

## Odacir pede que remanejamento de recursos do Planaflores seja revisto

O senador Odacir Soares (PFL-RO) dirigiu apelo ao Ministério do Planejamento, ao governo de Rondônia e ao Banco Mundial para que seja revista a decisão de se deslocarem para os Projetos Autônomos Independentes Comunitários os recursos do Planaflores antes destinados a órgãos federais e estaduais, para a cobertura das ações de pesquisa e extensão rural no estado.

Segundo Odacir, embora o Banco Mundial tenha preferência por projetos que se aproximem da base comunitária, é pouco provável que o afastamento de insti-

tuições do porte da Embrapa, Ceplac e Emater possa produzir bons resultados à pesquisa científica e à assistência técnica, quando restam menos de dois anos para a execução do Planaflores.

- A inovação deixa questionamentos fortíssimos quanto à exequibilidade da proposta dos Projetos Autônomos Comunitários - afirmou o senador, lembrando que os valores já orçados pela Embrapa, Ceplac e Emater para a manutenção de suas atividades em Rondônia no período de 1997 e 1998 não são elevados.

Para Odacir Soares, as modificações resultarão "muito



Odacir Soares

mais em manobra política de redistribuição dos recursos remanescentes do Planaflores do que em revisão profunda, tecnicamente embasada, que satisfizesse a sociedade rondoniense e as instituições participantes do Programa".

## Vasp distribui *Jornal do Senado*

O *Jornal do Senado* é distribuído regularmente nos vãos da Vasp que se iniciam em Brasília. A cortesia da empresa para com o Senado Federal teve início ainda nas primeiras edições, há um ano, quando a tiragem era de apenas 2 mil exemplares.

Atualmente, a tiragem do jornal é de 20 mil exemplares. O *Jornal do Senado* também fica à disposição dos passageiros que se utilizam das salas Vips do Aeroporto Internacional de Brasília.

# MP das micros será debatida em audiência pública

*Gilvam Borges destaca necessidade de se colherem subsídios para elaboração do parecer e prevê votação da matéria pelo Congresso Nacional em 4 de dezembro*



Comissão se reúne sob a presidência de Gilvam Borges e aprova calendário de trabalho

A MP que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) deverá ser votada pelo Congresso Nacional no dia 4 de dezembro, segundo o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), presidente da comissão mista que analisa a matéria.

A comissão decidiu ontem promover uma audiência pública na próxima quarta-feira, 27, para debater a medida provisória. "Com a audiência pública, a comissão deverá colher subsídios extremamente importantes para o relator elaborar o seu parecer", destacou Gilvam.

O debate terá a participação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e de representantes do Ministério da Previdência, do Confaz, do Sebrae, da Confederação Nacional dos Municípios e da Associação Nacional dos Aposentados, informou ele.

Salientando que há uma espécie de "reivindicação nacional" pela redução do percentual de 5%, previsto na MP, para a microempresa que fature até R\$ 120 mil, Gilvam Borges acrescentou que só um debate mais amplo poderá esclarecer a questão.

O relator da comissão, deputado Paulo Bauer (Bloco PFL-PTB) afirmou que o debate fornecerá subsídios "extremamente valiosos" para o aperfeiçoamento da MP.

## Júlio Campos: Contrato de poupança é injusto

O senador Júlio Campos (PFL-MT) advertiu que a regulamentação do Banco Central para o programa de poupança vinculada para a aquisição da casa própria é "absolutamente insatisfatória" no que diz respeito à proteção do poupador, por não prever, para esse, qualquer indenização quando a instituição financeira deixar de cumprir o contrato.

Conforme Júlio Campos, caso a instituição financeira não cumpra sua parte no contrato, as penalidades beneficiarão o próprio BC, em detrimento do poupador. "A instituição financeira que falhar em adimplir sua obrigação de entregar a carta de crédito ao poupador terá de recolher ao



Júlio Campos

Banco Central quantia equivalente ao saldo da conta de poupança, ficando esse valor retido até que o financiamento seja concedido", explicou.

Além disso, segundo Júlio Campos, a circular do BC determina remuneração inferior à básica dos depósitos de poupança para os valores recolhidos em decorrência da imposição dessa penalidade, en-

quanto o poupador inadimplente será punido com a perda do direito ao crédito.

Júlio Campos sugeriu que a Caixa Econômica Federal promova uma revisão dos contratos pactuados, "já que cláusulas de segurança podem ser incluídas, sem prejuízo algum para a instituição".

- O que não podemos admitir é que o negócio represente um verdadeiro contrato de risco para o poupador, que se submeteria a todas as exigências, renunciaria à liquidez de seus recursos por prazo prolongado e estaria despedido de qualquer proteção contra mudanças das regras do jogo por parte do agente financeiro - afirmou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, RENAN CALHEIROS E LEVY DIAS

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando

Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal